



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Diversos serviços públicos do Governo da RAEM realizaram, recentemente, várias consultas públicas sobre as diferentes políticas. Tendo em conta que cada serviço tem a sua própria maneira de as efectuar, os cidadãos têm de gastar muito tempo para participarem em todas elas, gastar muita energia para compreenderem e se adaptarem aos procedimentos das consultas, etc.. Os diversos serviços preparam as consultas públicas tendo apenas em conta o âmbito das suas competências, as características das políticas que a eles dizem respeito e as respectivas necessidades, portanto, falta coordenação, o que resulta na sobreposição de prazos das consultas e em cansaço para os cidadãos. Este problema já se verifica há muito tempo, continua por resolver e está até mesmo a agravar-se.

O tratamento e análise das opiniões recolhidas não são feitos de forma objectiva e abrangente, portanto, as decisões políticas tomadas com base nos resultados dessa análise não vão ao encontro da opinião da sociedade, o que leva a que esta duvide das consultas públicas, que acusa de não passarem de “falsas consultas”. Isto prejudica gravemente a confiança dos cidadãos e reduz o reconhecimento das consultas públicas realizadas pelo Governo.

Em 2011, o Governo definiu as “Normas para a Consulta de Políticas Públicas”, mas é lamentável que, após a implementação destas Normas, continuem a ser ainda muitos os problemas.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Face ao exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo deve rever as “Normas para a Consulta de Políticas Públicas” definidas em 2011, por forma a resolver o problema da falta de coordenação dos trabalhos de consulta, a maximizar a coordenação inter-serviços, a evitar as falsas consultas e o cansaço dos cidadãos com tanta consulta e a responder melhor às necessidades reais. O Governo vai fazer isso?

Os trabalhos de consulta pública realizados pelos serviços públicos são criticados por não passarem de mera formalidade e não conseguirem reflectir as opiniões da população. Face ao exposto, como é que o Governo vai definir os critérios para a aceitação de opiniões e como é que vai dar sequência às opiniões recolhidas nas consultas públicas?

7 de Setembro de 2015.

A Deputada à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,

Leong On Kei